TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Instituto Cachoeirense de Previdência Municipal – ICPM. Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, julgam-se legal o ato concessivo e correto o cálculo de proventos elaborado pela origem.

ACÓRDÃO AC2-TC-02029/2.015

1. PROCESSO TC Nº: 00100/12

2. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

2.1. – APOSENTANDO(A):

2.1.1.- NOME: MARIA LINS DE ALBUQUERQUE

2.1.2.- QUALIFICAÇÃO: Professora, matrícula **1538**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Cachoeira dos Indios.

2.2. – DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 03.10.2011

2.3. – DATA DA PUBLICAÇÃO: 30.11.2011

2.4. – AUTORIDADE EMITENTE: Diretor Presidente do ICPM

3.RELATÓRIO DA AUDITORIA: Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor legalmente apto ao benefício, entendendo corretos os dados de tempo de serviço e o cálculo de proventos elaborado pela origem.

4.PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: oral, proferido na sessão.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, ACORDAM, à unanimidade de votos, conceder registro

ao ato aposentatório da servidora **MARIA LINS DE ALBUQUERQUE**, matrícula nº **1538**, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e o cálculo de proventos elaborado pela origem.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
TCE-Sala das Sessões da 2ª Câmara-Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.
João Pessoa, 07 de julho de 2015.

Cons. Arnóbio Alves Viana
Presidente e Relator

Representante do Ministério Público Especial/TCE

mgd